



Número: **0005238-20.2019.8.17.2480**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru**

Última distribuição : **15/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.314,50**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO (AUTOR)		JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS (ADVOGADO(A)) RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A)) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47838 768	15/07/2019 16:43	Petição Inicial	Ações Processuais\Petição\Petição Inicial\Petição Inicial (Outras)
47838 770	15/07/2019 16:43	PT - FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
47838 772	15/07/2019 16:43	PROCURAÇÃO	Procuração
47838 773	15/07/2019 16:43	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA	Outros (Documento)
47838 774	15/07/2019 16:43	CONTRATO DE HONORARIOS ADVOCATÍCIOS	Outros (Documento)
47840 688	15/07/2019 16:43	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
47840 689	15/07/2019 16:43	RG	Documento de Identificação
47840 693	15/07/2019 16:43	ATESTADO MEDICO - 30 DIAS - 14.02.2019	Outros (Documento)
47840 694	15/07/2019 16:43	BOLETIM DE OCORRENCIA 06.02.2019	Documento de Comprovação
47840 695	15/07/2019 16:43	COMPROVANTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIARIO	Documento de Comprovação
47840 696	15/07/2019 16:43	COMPROVANTE DE FISIOTERAPIA	Documento de Comprovação
47840 697	15/07/2019 16:43	COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA 04.06.2019	Documento de Comprovação
47840 698	15/07/2019 16:43	COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA 29.03.2019	Documento de Comprovação
47840 699	15/07/2019 16:43	DECLARAÇÃO DE INTERNAMENTO DO DIA 01.02.2019 AO 14.02.2019	Documento de Comprovação
47840 700	15/07/2019 16:43	DIVERSOS RAIO-X PARTE 1	Outros (Documento)
47840 701	15/07/2019 16:43	DIVERSOS RAIO-X PARTE 2	Outros (Documento)
47840 703	15/07/2019 16:43	LAUDO MEDICO DR. JOSÉ 24.05.2019	Laudo
47840 702	15/07/2019 16:43	PRONTUARIO MEDICO	Documento de Comprovação

47840705	15/07/2019 16:43	PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DPVAT	Documento de Comprovação
47840706	15/07/2019 16:43	RECEITUARIOS	Outros (Documento)
47840707	15/07/2019 16:43	SOLICITAÇÃO DE RX 14.02.2019	Outros (Documento)
47863210	18/07/2019 17:18	Despacho	Despacho
48886248	07/08/2019 09:41	Citação	Citação
48886249	07/08/2019 09:41	Intimação	Intimação
51670112	01/10/2019 11:07	Contestação	Ações Processuais\Contestação
51670113	01/10/2019 11:07	CONTESTAÇÃO	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
51670116	01/10/2019 11:07	KIT_SEGURADORA_LIDER 1	Outros (Documento)
51670115	01/10/2019 11:07	KIT_SEGURADORA_LIDER 2	Outros (Documento)
52054624	08/10/2019 15:21	Habilitação	Ações Processuais\Petição\Petição Simples de Terceiro Interessado
52404984	15/10/2019 14:27	Certidão	Certidão\Certidão (Outras)
52404987	15/10/2019 14:27	2019-09-23 proc. nº 0005238-20.2019.8.17.2480 3ª vara cível	Aviso de recebimento (AR)
59777487	25/03/2020 20:37	Despacho	Despacho
64594898	13/07/2020 16:21	Petição em PDF	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
64594899	13/07/2020 16:21	REPLICA - FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
73209100	06/01/2021 08:47	Certidão	Certidão\Certidão (Outras)
79524526	29/04/2021 09:03	Despacho	Despacho
79693535	30/04/2021 16:17	Petição	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
79693539	30/04/2021 16:17	2644652_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
92695218	11/11/2021 10:25	Certidão	Certidão\Certidão (Outras)
94010171	30/11/2021 17:50	Despacho	Despacho
99908989	25/02/2022 08:57	Intimação	Intimação
99908990	25/02/2022 08:57	Intimação	Intimação
108104809	16/06/2022 12:02	Despacho	Despacho
108402176	21/06/2022 08:17	Comprovante de envio de email	Certidão\Certidão (Outras)
108402177	21/06/2022 08:17	Comprovante de envio de email ao PERITO JUDICIAL - MUTIRÃO	Documento de Comprovação
108441405	21/06/2022 11:48	Intimação	Intimação
108441406	21/06/2022 11:48	Intimação	Intimação
109155541	05/07/2022 17:42	Petição	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
109155543	05/07/2022 17:42	2644652_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Ações Processuais\Petição\Petição (Outras)
109155545	05/07/2022 17:42	ANEXO 1	Outros (Documento)
109155546	05/07/2022 17:42	ANEXO 2	Outros (Documento)
111432244	03/08/2022 09:08	Certidão	Certidão\Certidão (Outras)

11581 9794	26/09/2022 13:41	Petição (3º Interessado)	Ações Processuais\Petição\Petição Simples de Terceiro Interessado
11603 1779	28/09/2022 15:08	Despacho	Despacho
11746 4036	17/10/2022 10:43	Intimação	Intimação

EM PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DE CARUARU-PE.

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileiro, divorciado, analista de suporte em T.I, portador do RG de nº 7.960.801 SDS/PE, inscrito no CPF/MF de nº 080.383.064-57, residente e domiciliado a Rua Topázio, nº 120, Centenário. Caruaru/PE. CEP: 55008460, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, conforme instrumento em anexo, mover a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 76, 3º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

Com a devida vênia, vem à parte demandante informar que não tem interesse na marcação de audiência de conciliação e mediação, pois é sabido que ações referentes ao recebimento de seguro DPVAT, não logram êxito pela via conciliatória, sem que antes, seja nomeado perito judicial para graduação da debilidade permanente da parte demandante, só assim, pode-se haver composição harmonizadora.

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Tendo em vista que o Autor não possui condições financeiras de arcar com custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo na Lei 1060/50, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

DOS FATOS E DOS DIREITOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 01/02/2019, sofrendo lesões corporais, **FRATURA DO FEMUR DIREITO E PATELA DIREITA**, conforme Boletim de Ocorrência e prontuário médico que seguem em anexo.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: déficit de força e

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



mobilidade da perna direita, que teve fratura e teve que passar por cirurgia e vem impossibilitando até mesmo de fazer as suas atividades pessoais do dia a dia. Afirmarões essas que são corroboradas com os prontuário e laudos médicos acostados nesta exordial.

Acontece que a parte demandada pagou apenas a quantia de R\$ 185,50 (cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), valor este incompatível a qual devido nas indenizações de **INVALIDEZ PERMANENTE** na forma administrativa, seguro este que deveria ser pago a vítima de acidente a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ressalta-se que o Autor devido as sequelas resultantes do acidente, teve um período de benefício previdenciário por 2 meses conforme documento de créditos previdenciários em anexo.

O Autor passa por diversas dificuldades físicas tendo que ser encaminhado a tratamento fisioterápico devido aos traumas ocasionados pelas lesões, onde encontra-se até hoje em tratamento fisioterápico, com acompanhamento ortopédico.

Ocorre que a Ré nega-se a adimplir com a sua obrigação de pagar o valor seguro devido ao Autor, uma vez que deveria o autor receber indenização no valor fixado pela seguradora de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ora, o valor pago pela seguradora desproporcional ao valor devido a ser pago, que fere a alma e a moral do Autor, que encontra-se debilitado e necessitando de assistência da Ré, por ter sido vítima de uma acidente de trânsito que lhe causou graves sequelas.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Outra maneira não vislumbrou o Autor a não ser pugnar por socorro jurisdicional com o fito de pleitear o seu mais puro e incontestado direito.

DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Diante do fato de que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL.RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL.Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS.APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA.Número do Protocolo: 69727/2008.Data de Julgamento: 8-9-2008.EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir da data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais tiveram reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos,

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, conseqüentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÂ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 12/07/2013 . Pág.: 154).

*“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.**’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”*

*“(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.** (...) (20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”*

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo. Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte. Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) O Autor informa que não deseja a marcação de audiência de conciliação em função da matéria;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência,**

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) - Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

f.a) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%.

f.b) Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, **não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável**, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no **parágrafo 4º** do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.314,50** (treze mil trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

Recife, 15 de julho de 2019.

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
OAB/PE Nº 35.791

JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE Nº 37.219

GABRIEL GONÇALVES DIAS
ESTAGIÁRIO
OAB/PE Nº 13.412E

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
diasepyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



PROCURAÇÃO

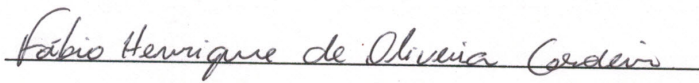
OUTORGANTE: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileiro, divorciado, analista de suporte em T.I, portador do RG de nº 7.960.801 SDS/PE, inscrito no CPF/MF de nº 080.383.064-57, residente e domiciliado a Rua Topázio, nº 120, Centenário. Caruaru/PE. CEP: 55008460.

OUTORGADOS: RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº 35.791 e **JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS**, advogada inscrita na OAB-PE sob o nº 37.219, com endereço profissional na Av. Frei Matias Tévis, nº280, Sala 615, Ilha do Leite, Recife – PE, CEP 50.070-465. Com endereço eletrônico: jessicadias@diasepyrrho.adv.br, rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br

PODERES: Os da Cláusula *Ad Judicia e Et Extra*, podendo defender os interesses e direitos do OUTORGANTE perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive de impetrar mandado de segurança em qualquer repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente, podendo reclamar, conciliar, transigir, desistir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, receber alvará em favor do (a) outorgante, confessar, firmar compromissos, prestar declarações, requerer desarquivamento de processo, bem como substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, bem como praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Autorizo desde já a retenção dos honorários no percentual de 30%.

Recife, 03 de julho de 2019


FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
pyrrho@diasepyrrho.adv.br

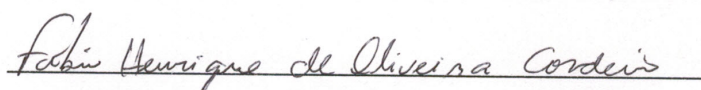
+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil, CEP: 50070-465



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileiro, divorciado, analista de suporte em T.I., portador do RG de nº 7.960.801 SDS/PE, inscrito no CPF/MF de nº 080.383.064-57, residente e domiciliado a Rua Topázio, nº 120, Centenário. Caruaru/PE. CEP: 55008460. Requer os benefícios da justiça gratuita por ser pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, com base na Lei nº 1.060/50, acrescida das alterações da Lei nº 7.115/83 e da Lei nº 70.317/01, tudo consoante com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988.

Recife, 03 de julho de 2019.



FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO



CONTRATO HONORARIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento e na forma do direito, as partes:

- **CONTRATANTE: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**, brasileiro, divorciado, analista de suporte em T.I, portador do RG de nº 7.960.801 SDS/PE, inscrito no CPF/MF de nº 080.383.064-57, residente e domiciliado a Rua Topázio, nº 120, Centenário. Caruaru/PE. CEP: 55008460.

- **CONTRATADOS: RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO**, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº 35.791 e **JESSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS**, advogada inscrita na OAB-PE sob o nº 37.219, com endereço profissional na Rua do Riachuelo, nº105, Sala 1019, Boa vista, Recife-PE.

Firmam em comum acordo e nos termos da lei, o presente Contrato de Honorários Advocatícios mediante as condições a seguir especificadas:

1a CLÁUSULA: A CONTRATADA prestará serviços ao CONTRATANTE com a promoção de ação de natureza cível em desfavor do seguro DPVAT.

2a CLÁUSULA: Para a execução do serviço ora contratado, o CONTRATANTE, pagará o percentual **30%** sobre valor dos benefícios financeiros advindos da referida ação, a título de honorários advocatícios pelo trabalho especificado na 1ª cláusula. Autorizando o juiz desde logo a realizar a retenção dos honorários pactuados, sem prejuízo dos mesmos nos casos de desistência e de acordo judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os honorários de sucumbência pertencem ao advogado, ora contratado. Caso haja morte ou incapacidade civil do mesmo, seus sucessores ou representante legal receberão os honorários na proporção do trabalho realizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo acordo entre o CONTRATANTE e a parte contrária, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência. Caso em que os honorários iniciais e finais serão pagos ao CONTRATADO.

3a CLÁUSULA: todas as despesas processuais correrão por conta do CONTRATANTE, fornecendo à CONTRATADA os recibos das importâncias adiantadas, à medida que forem necessárias parcelas em dinheiro para pagamento das despesas e custas judiciais as quais corresponderam a recibos ou documentos tais como DARJ, DARF, entre outros.

4a CLÁUSULA: A CONTRATADA prestará contas das quantias recebidas do CONTRATANTE quando assim lhe convier ou for por esta solicitada.

5a CLÁUSULA: O presente contrato terá a duração até a decisão do colégio recursal, a partir da assinatura do perante presente, podendo, entretanto ser rescindido com aviso prévio de 30 dias formalmente por qualquer das partes.

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
pyrrho.adv.br

+55- 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



7a CLÁUSULA: Ocorrendo rescisão por parte do contratante este se obrigará a pagar a contratada o percentual indicado na cláusula 2ª, proporcionalmente ao trabalho realizado.

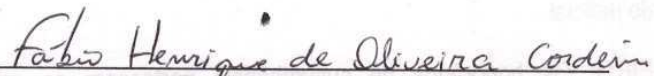
8a CLÁUSULA: Se a rescisão ocorrer por culpa da contratada este receberá os honorários indicados na cláusula 2ª na proporção do que foi dito.

9a CLÁUSULA: Sendo atividade da contratada, a atividade de meio e não de resultado, fica estabelecido que os honorários avençados serão sempre devidos, independente do resultado da Ação, nada tendo este a reclamar ao receber.

10a CLÁUSULA: Fica eleito o Foro desta Comarca como competente para qualquer Ação Judicial oriunda do presente contrato, ainda que diversa seja, ou venha a ser o da CONTRATANTE e CONTRATADA.

E por estarem assim justo e contratado, CONTRATANTE E CONTRATADO assinam o presente.


Recife, 03 de Julho de 2019.



FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

CPF Nº 080.383.064-57

CONTRATANTE


RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO

OAB/PE Nº 35.791

CONTRATADO


JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS

OAB/PE Nº 37.219

CONTRATADA

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
pyrrho.adv.br

+55. 81.30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Marias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



26/04/02
ÉTRICA

DADOS DO CLIENTE

JOSENILDO XAVIER CORDEIRO

CPF: 361.601.645-20

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIA
RESIDENCIAL

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RILIA TOPAZIO 120

SAO FRANCISCO/CARUARU
CARUARU PE
55008-460

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
1395552011	02/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
11/03/2019	14/03/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	

91.90

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
050316875	ÚNICA	12/02/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
12/02/2019	2001600294	892248

092240

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kVWh)	119,0000000	0,73479853	87,44
Contrib Ilum Pública Municipal			4,46

TOTAL DA FATURA

91 90

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
315412091	CAT	14-01-2019	4 200,00	12-02-2019	4 319,00	29	1,00000		119,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh	Consumo
FEV 19 119	119
JAN 19 147	147
DEZ 18 156	156
NOV 18 139	139
OUT 18 153	153
SET 18 133	133
AGO 18 139	139
JUL 18 131	131
JUN 18 139	139
MAI 18 142	142
ABR 18 150	150
MAR 18 154	154
FEV 18 144	144

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR IMPO
87,44	25,00	21,86
87,44	0,71	0,62
87,44	3,31	2,89

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Geração de Energia	R\$ 27,74	31,73%
Transmissão	R\$ 4,11	4,70%
Distribuição (Celpe)	R\$ 19,22	21,98%
Perdas de Energia	R\$ 6,05	6,92%
Encargos Setaoriais	R\$ 4,95	5,66%
Tributos	R\$ 25,37	29,01%
Total	R\$ 87,44	100%

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh)

0,52156000

RESERVADO AO FISC

9347 BCC4.1299.B162.A004.435F.859E.F411

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! mg de lima - mercado - me. rua brasileiro cordeiro de oliveira sao francisco fl 1. e
 qualquer que ferreiro. rua joaquim lavraro sao francisco lista completa em www.celpe.com.br Na data de entrega a bandeira em vigor
 é Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br O cliente é compensado quando há alteração na continuidade individual ou do
 nível de tensão de fornecimento. Pagto. em até 90 dias mais 2% (Res 414/ANEEL), 3% a 4% (Lei 10.438/02) e atualização monetária
 no pró. - mo O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
						MÍNIMO	MÁXIMO
CARIBARI	dez/2018						



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

EC-5

POLEGAR DIREITO

Fábio Henrique de Oliveira Cordeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.960.801 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/05/2018

NOME << FÁBIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO >>

FILIAÇÃO << JOSENILDO XAVIER CORDEIRO >>
<< VERA LUCIA DE OLIVEIRA CORDEIRO >>

NATURALIDADE CARUARU - PE DATA DE NASCIMENTO 29/11/1989

DOC. ORIGEM << 074195 01 55 2013 3 00030 266 0011565 14 CARUARU-PE >>

CPF 080.383.064-57

ASSINATURA DO TITULAR *Paulo de Carvalho*
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1018458781605180350.8084345 F-80 50.158 - 3123

23 882.245/0001-95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R João Cursino, 872
Comp Sala Diamantino
Maurício de Nasseu CEP 55.012-190
Caruaru PE



Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
HRA - Hospital Regional do Agreste

- ATESTADO MÉDICO -

ATESTO que o Segurado FABIO HONNIGER
Deussina portador da Carteira Profissional nº _____
_____, série _____, necessita de 30 (Trinta)
dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de
doença. CID 10: S72.3 / S82.0

HRA
Hospital ou Ambulatório

Caruaru - PE, 14/02/19
Localidade e Data

Dr. Felipe Diego Carvalho
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PE: 25262 / CRM-BA: 30012

14 FEV. 2019
Ass. do Médico - CRM Nº _____

23 882 245/0001-95
Luis Filipe Alcanti
Corretagem de Seguros-ME
R. João Cursino 872
Comp. Sala Diamantino
Município de Nassau CEP: 55.012-190
Caruaru PE

NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas
no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo Decreto nº 60.501 de
14.03.67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de
afastamento do trabalho.





23 882 245/0001-95
 Luis Filipe a Cavalcanti
 Corretagem de Seguros-ME
 R. João Cursino 872
 Comp. Sala Diamantino
 Mauricio de Nassau CEP: 55.012-190
 Caruaru PE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
 POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
 DINTER1 - 14ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL - CARUARU

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0045001004

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 06/02/2019 às 13:13

ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado), que aconteceu no dia 1/2/2019 às 22:40

Natureza Jurídica: **COLISÃO ENTRE MOTOCICLETA E CAÇAMBA PARA ENTULHO**

Fato ocorrido no endereço: **RUA SAO CARLOS, 1 - Bairro: PETROPOLIS - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL**

Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

A IDENTIFICAR (AUTOR/AGENTE)
 JOSENILDO XAVIER CORDEIRO (NOTICIANTE)
 FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO (VITIMA)



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**

OUTROS TIPO DE OBJETO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **A IDENTIFICAR**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSENILDO XAVIER CORDEIRO (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA HELENA XAVIER Pai: JOACY CORDEIRO DA SILVA Data de Nascimento: 24/12/1965 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 694052/SSP/SE (RG), 36160164520 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: GERENTE Endereço Residencial: RUA TOPAZIO, 120 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTENARIO - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: VERA LUCIA DE OLIVEIRA CORDEIRO Pai: JOSENILDO XAVIER CORDEIRO Data de Nascimento: 29/11/1989 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 7960801/SDS/PE (RG), 08038306457 (CPF) Estado Civil: DIVORCIADO(A) Profissão: TECNICO DE INFORMATICA Endereço Residencial: RUA TOPAZIO, 120 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTENARIO - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL

A IDENTIFICAR (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil: DESCONHECIDO

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

CAÇAMBA DE ENTULHO (OUTROS TIPO DE OBJETO) de propriedade do(a) Sr(a): **A IDENTIFICAR**, que estava em posse do(a) Sr(a): **A IDENTIFICAR**
 Categoria/Marca/Modelo: **DESCONHECIDO/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

file:///C:/Users/Policia%20CML/Infopol/xml/BOEPReview.html

1/2



06/02/2019

Boletim de Ocorrência

Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)
Descrição: CAÇAMBA TIPO PAPA-METRALHA

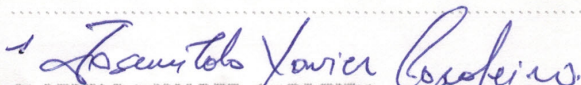
MOTOCICLETA HONDA BIZ (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO, que estava em posse do(a) Sr(a): FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO
Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA HONDA/BIZ125 Objeto apreendido: Não
Cor: BEGE - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: KHR0570 (PERNAMBUCO/CARUARU)
Ano Fabricação/Modelo: 2009/2010 Combustível: GASOLINA

Complemento / Observação

RELATA O PAI DA VÍTIMA, JOSENILDO XAVIER, QUE NA NOITE DO DIA 01/02/2019, SEU FILHO, FABIO HENRIQUE CONDUZIA A MOTOCICLETA PELA RUA SÃO CARLOS, QUANDO COLIDIU EM UMA CAÇAMBA DE ENTULHO QUE ESTAVA NA VIA, ESTA CAÇAMBA ESTARIA SEM IDENTIFICAÇÃO E POR ISSO ACONTECEU O ACIDENTE. A VÍTIMA CAIU DA MOTOCICLETA E SOFREU LESÕES, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU EM CARUARU, LEVANDO-O AO HOSPITAL REGIONAL DE CARUARU. A MOTOCICLETA TAMBÉM TEVE AVARIAS POR CAUSA DO ACIDENTE.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


JOSENILDO XAVIER CORDEIRO
(NOTICIANTE)

B.O. registrado por: LUIS CARLOS DOS SANTOS - Matrícula: 250820-0

CARUARU

23 882 245/0001-95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R. João Cursino 872
Comp. Sala Diamantino
Maurício de Nassau CEP: 55.012-190
Caruaru PE



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

Página 1 de 2

28/03/2019 21:52:02

Identificação do Filiado

NIT: 161.02763.84-0

CPF: 080.383.064-57

Data de Nascimento: 29/11/1989

Nome: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

Nome da mãe: VERA LUCIA DE OLIVEIRA CORDEIRO

Compet. Inicial: 02/2019

Compet. Final: 03/2019

Créditos do Benefício

NB: 6268074401

Espécie: 31 - AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO

APS: 15021060 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CARUARU

Data de Início do Benefício (DIB): 17/02/2019

Data de Cessação do Benefício (DCB): 30/09/2019

Data de Início do Pagamento (DIP): 17/02/2019

MR: R\$ 1.244,67

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2019	17/02/2019 a 28/02/2019	R\$ 581,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		27/03/2019		Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 763522 - MAURICIO DE NASSAU-URB CARUARU-PE Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 13/03/2019 Origem: Concessão. Validade Início: 27/03/2019 Fim: 31/05/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 580,84
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,16

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2019	01/03/2019 a 31/03/2019	R\$ 1.278,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		05/04/2019		Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 763522 - MAURICIO DE NASSAU-URB CARUARU-PE Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 13/03/2019 Origem: Concessão. Validade Início: 05/04/2019 Fim: 31/05/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.244,67
105	SALARIO FAMILIA	R\$ 32,80
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,53

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Identificação do Filiado

NIT: 161.02763.84-0

CPF: 080.383.064-57

Data de Nascimento: 29/11/1989

Nome: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

Nome da mãe: VERA LUCIA DE OLIVEIRA CORDEIRO

Compet. Inicial: 02/2019

Compet. Final: 03/2019

316

SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS

R\$ 0,69



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/autenticidade.html>
com o código 190328DZI7L161

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Casa Henrique FisioterapiaColaboração

End. Avenida Vigário Antonio Jorge, 50 – São Francisco – Subida da Jordão Moraes Atual Prédio da
Secretaria Municipal de Saúde – Caruaru – PE Fone: (081) **3724 – 7068**

Nome: Fabio Henrique de Oliveira Cordino Ano: 2019 DN: 29/11/1989

End. R. Topazio 9.9504.5682 nº 120 Fone:

Bairro: São Francisco Cidade: Caruaru Est: Pe

Responsável se Menor:

Diagnóstico: P.O. Fratura de Fêmur a patela m=I (Fêmur com placa -

patela com fix. Ultrassom + Cinesioterapia + T.E's + C.R.

Código _____ CID _____ H. 10.10.10

DATA	VISTO	DATA	VISTO	DATA	VISTO
29 MAR 2019	VISTO	03 10 ABR 2019		24 ABR 2019	VISTO
01 29 MAR 2019		06 12 ABR 2019		01 25 ABR 2019	
02 03 ABR 2019		07 15 ABR 2019		02 03 MAI 2019	
03 05 ABR 2019		08 17 ABR 2019		03 06 MAI 2019	
04 08 ABR 2019		09 22 ABR 2019		04 08 MAI 2019	

Atendimento: chegar entre 7: às 11hs por ordem de chegada
Seg, Quart, @ ~~Sexta~~ Quinta



VISTA

10 JUN 2019

07

29 MAI 2019

09

27 MAI 2019

08

22 MAI 2019

07

Scanned by CamScanner



Henrique Fisioterapia

Avenida Vigário Antonio Jorge, 50 – São Francisco – Subida da Jordão Moraes Atual Prédio da
Secretaria Municipal de Saúde – Caruaru – PE Fone: (081) 3724 – 7068

Nome: Fabio Henrique de Oliveira Cardoso Ano: 20__ DN __/__/__
End.: 8 - Topazio nº 120 Fone: ____
Bairro: São Francisco Cidade: Caruaru Est: PE

Responsável se Menor:

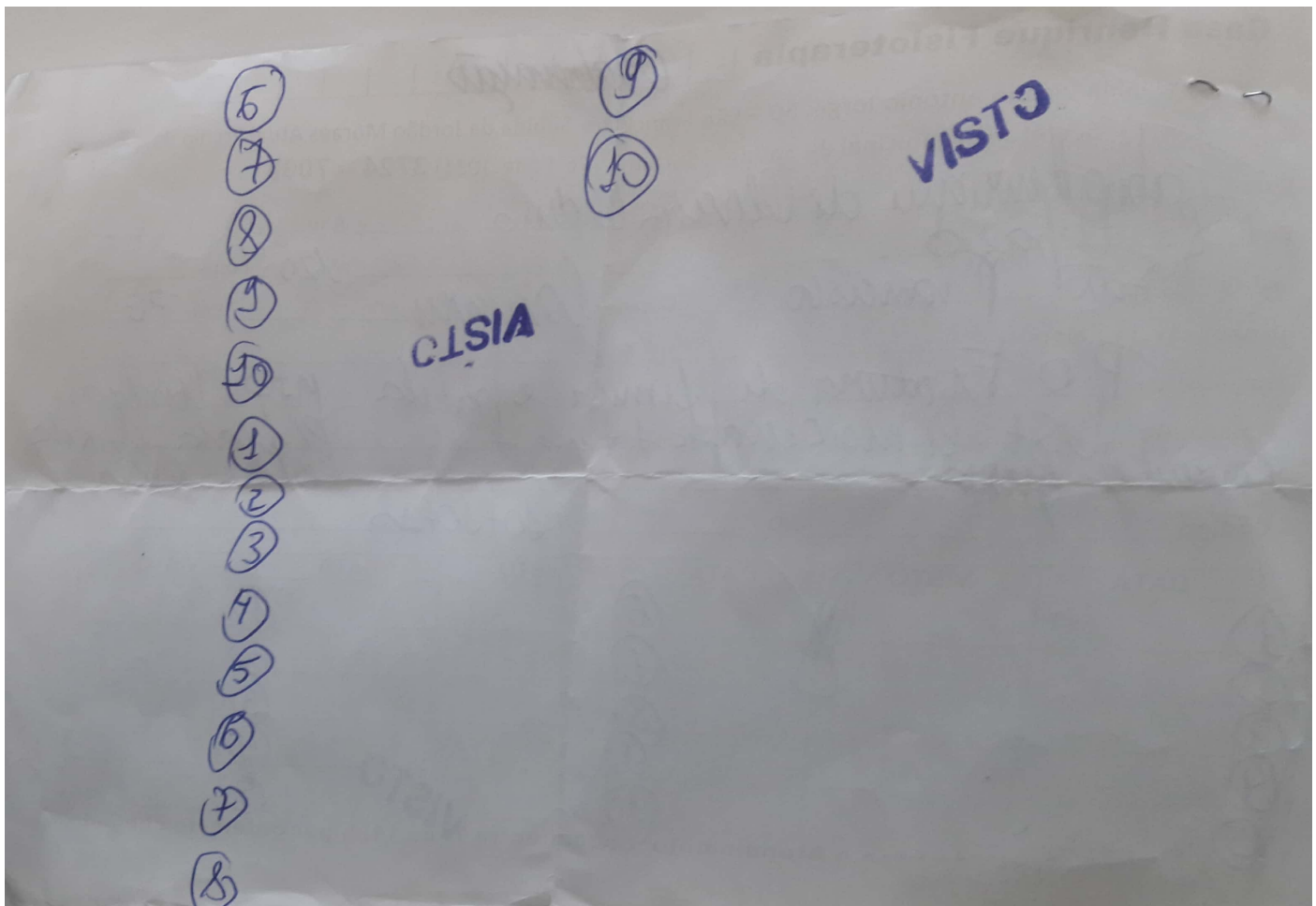
Diagnóstico: P.O. Fratura de fêmur e patela MTD (União
Tratamento: USF e fisioterapia + tala El. placa e parafusos
Laurence Guski com fio.

Código ____ CID ____ N. 10130120

DATA	VISTO	DATA	VISTO	DATA	VISTO
1		6		1	
2		7		2	
3		8		3	
4		9		4	
5		10		5	

Atendimento: chegar entre 7h as 11hs por ordem de chegada





Scanned by CamScanner





Associação Instrutora Missionária
Centro Social São Jose do Monte
CNPJ – 10.579.324.0011-51
UPS – Casa Henrique - Fisioterapia

R\$ 300.00

Receba do paciente Fabio
Henrique de Oliveira. Induio
a importância de R\$ 300.00
Atuando mais repunte a
colaboração de trinta atendi-
mentos de fisioterapia
P/ Centro Social.

02 JUN 2019

Endereço : Av Vigário Antônio Jorge, 50 – São Francisco – Caruaru-PE

Fone: (081) 3724-7068

e-mail: Casahenriquefisioterapia@yahoo.com.br

Patrícia M. da Silva





Associação Instrutora Missionária

Centro Social São Jose do Monte

CNPJ - 10.579.324.0011-51

UPS - Casa Henrique - Fisioterapia

R\$ 300.00

Recebi do paciente: Fabio
Henrique de Oliveira Lindoso
a importância de R\$ 300.00
trezentos reais referente a labora-
ção de 30 sessões atendimentos
de fisioterapia + Associação
Centro Social.
Tatiana M. da Silva.

Endereço: Av. Vigário Antônio Jerge, 50 - São Francisco - Caruaru-PE

Fone: (081) 3724-7068

e-mail: Casahenriquefisioterapia@yahoo.com.br

29 MAR 2019

29 MAR 2019





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE DR. WALDEMIRO FERREIRA
SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA – SAME

HRA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente **Sr(a) Fábio Henrique de Oliveira Cordeiro**, Esteve interna nesta unidade de saúde no dia **01/02/2019 a 14/02/2019 com Registro Hospitalar : 333062**.

OBS: Vítima de Acidente de Trânsito.

Atenciosamente;

Caruaru, 31 de Maio 2019

09.794.975/0269-77
HRA - Hospital Regional do Agreste
BR 232, Km 130
Indianópolis - CEP 55000-000
Caruaru - PE
setor de Arquivo (same)

23 882 245/0001-95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R. João Cursino 872
Comp. Sala Diamentino
Maunício de Nasseu CEP 55.012-190
Caruaru - PE

Avenida José Rodrigues de Jesus - Br. 232- Km 130 S/N- Bairro Indianópolis Caruaru – PE- CEP
55.024.000
CNPJ- 10.572.048/0014-42 - Fone: 0xx81-3719 9346 / 3719.9400 (SAME)





Comp. Sala Diamantino
Maurício de Nassau CEP 55.012-190





Comp. Sara Diamantino
Maurício de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE





Comp. Gato Diamantino
Mauricio de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE





120062-2410001-05
Corretagem de Seguros-ME
R. João Corino 872
Camp. Sala Diamantino
Município de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE





Meunio de Nassau CEP 55.012-190
Cariacou PE





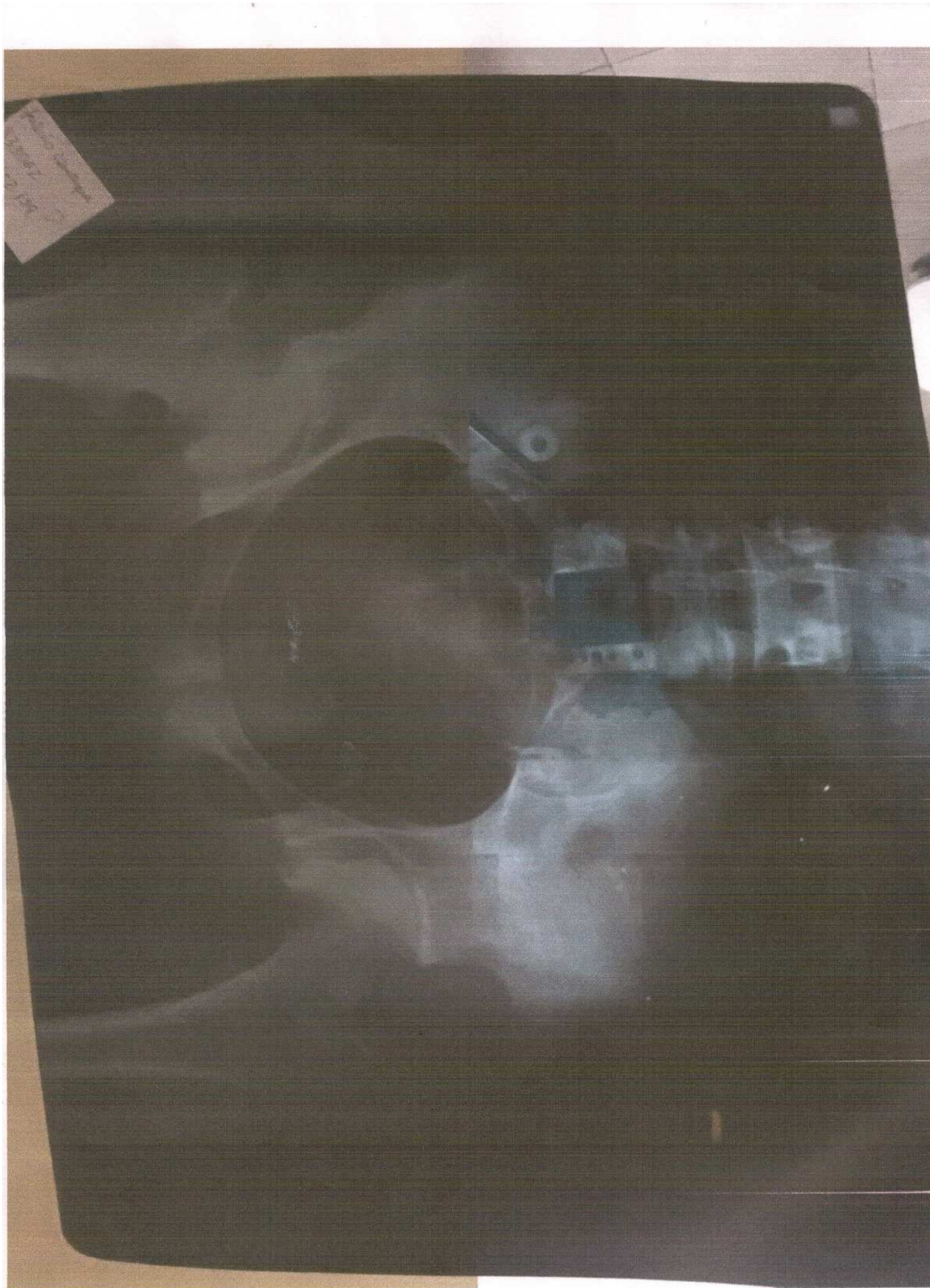




João Henrique
333062
02/02/19







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/ SUS/ PE
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

RECEITUÁRIO

Unidade: _____

Nome: _____

Registro Nº: _____

Clínica: _____ Enfermaria: _____

Landos molares

O paciente Fabiano Henrique
de Oliveira Landos,
e portador de fratura
do fêmur D, e fêmur V,
apendices.

210 { S 723
S 820

Data 24/5/19

Dr. José Paulo
Ortopedista
CRM 10.000
Médico - CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício
Elida Monteiro de Souza

1º Lugar

2º Concurso 89



Cadastrado
**HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
EMERGÊNCIA**



1- IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

Data Nasc.: 29/11/1989

Idade: 29

Sexo: MASCULINO

Cor: PARDA

Religião:

CPF: 08038306457

RG: 7960801

CNS: 709604608258977

Nº: 120

Endereço: RUA TOPAZIO

Cidade: CARUARU

Estado: PE

Bairro: CENTENARIO

CEP: 55008460

Fone:

Profissão: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Nome da Mãe: VERA LUCIA DE OLIVEIRA CORDEIRO

Acompanhante:

Motivo do Atendimento: ATT COM MOTOCICLETA

Clinica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

ort. L-32

2 - ATENDIMENTO

Data: 01/02/2019 23:39

Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:

*PACIENTE VITIMAS DE ACIDENTE DE MOTO
NA CERCA DE 16 ANOS COLIDIR COM PAPA METALHA.
USAVA CAPACETE. NÃO PERDEU A CONSCIÊNCIA. NÃO SENTIU
VÔMITOS. REFORS DOR EM MIO. ALERGIAS*

Exame Físico:

- A: VIAS AÉREAS PERVIAS.*
- B: MUCOSAS ANTERIORES*
- C: PULSOIS E CÉREBROS SIMÉTRICOS*
- D: GLASGOW-15, PUPILAS ISOCÓNICAS E FOTORREFLEXANTES*
- E: FRATURA FECHADA A NÍVEL DE FÊMUR*

PA: 120/70 FC: 90 FR: 20

Diag. Provisório:

① POLTRAVIA

*② SOLICITO RX QUADRIL PANORÂMICO, COXA
DIREITA, PERNA DIREITA*

③ PARCELA DA ORTOPEDIA

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
RAIO - X
DATA 01/02/19

Alex Ricardo Andrade

Médico - CRM 25.808

Prescrição:

Dieta:

Horário

Data

01/02/19 ② TRANSCAL - OXFA + 100mg 500mg

Alex Ricardo Andrade
Médico - CRM 25.808

23 882 245/0001 95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R. João Cursino 872
Comp. Sala Diamantino
Mauricio de Nassau - CEP 55.012-190
Caruaru PE

BY DEAFI 7400



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Unidade de Saúde: HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Paciente:

Fábio Henrique de Oliveira Costa

Nº do Registro:

Clínica:

Ortopedia

Nº do Leito

Operador:

Dr. Luiz Carvalho

1º Assistente:

2º Assistente:

Instrumentador:

Anestesista:

Anestesia:

Dr. Rami

Duração:

Data da Operação:

11.2.19

Início:

Término:

Diagnóstico Pré-Operatório:

fratura patela + fratura fêmur

Diagnóstico Pós-Operatório:

O mesmo.

Operação Proposta:

H. agudo de fratura patela +
+ fratura fêmur (D) IT fixado com

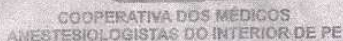
Operação Realizada:

Dr. Luiz Antonio de Carvalho
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 18925 - R. 08/11/82.
Clínica do Trauma - Hospital Regional do Agreste

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. paciente em DPH, sob anestesia
2. inspeção + sub-epilepsia + esponja C. estéril
3. punção aspiradora pelo D + aspiração por
plano. Observou fratura comunitária de
patela
4. redução + fixação com 2 parafusos de tensão
5. Sutura por eletro
6. punção lateral de braço + aspiração
por plano + controle hemodinâmico
7. redução da fratura da tíbia + fixação
cl. placa DEP 95 mm 10 pinos + 9
parafusos corticais
8. fratura de tíbia + fratura do pé
talus do pé direito após redução do pé + Sutura + Cur





DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que se fizerem necessários, que o paciente

Sr.(a) FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

Encontra-se internado, desde o dia, 01/02/2019

(Sem Previsão de Alta)

REGISTRO: 333062

Diagnostico: FRATURA DIAFISE DO FEMUR E PATELA

Tratamento: CIRURGICO

ESSAS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE

10.572.048/0014-42
PERNAMBUCO SECRETARIA DE SAÚDE
(HRA Dr. Waldemiro Ferreira)
Av. José Rodrigues de Jesus, S/N - BR 232 - km 130
Indianópolis - CEP 55 024 - 000
CARUARU - PE

Caruaru, 11 de Fevereiro de 2019

23 882 245/0001-95
Luis Filipe de Carvalho
Correlagem de Seguros ME
R. João Curcio 872
Camp. Sala Diamantino
Município de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE



NOME DO PACIENTE:	Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro
DIAGNOSTICO:	Fract. diafise do femur e PATELA
DATA DE ENTRADA:	01/02/19
REGISTRO Nº:	333062
TRATAMENTO:	cirurgico

23 882 245/0001-95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R. João Cursino 872
Comp. Sala Diamantino
Meunio de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE





CARUARU

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, em atenção ao pedido do Sr. **FÁBIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO** portador do **RG: 7.960.801 SDS-PE** e **CPF: 080.383.064-57** que consta nos registros de ocorrências **Nº1902010546** do **SAMU REGIONAL AGRESTE**, atendimento realizado por esse serviço a mesma no dia **01/02/2019** às **22h e 48m**, no endereço **RUA SÃO CARLOS, BAIRRO PETRÓPOLIS, CARUARU-PE**, com queixa de **ACIDENTE DE MOTO**, tendo sido enviada **UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO**, que prestou atendimento a vítima no local, sendo a mesma transportada para o **HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE**.

De acordo com o registro de informações do SAMU, foram realizados no paciente os seguintes procedimentos: avaliação, imobilização e remoção.

Caruaru, 06 de Fevereiro de 2019.

Tiago Acioli.

Coordenador Geral do SAMU Regional Agreste

Recebi esta declaração do SAMU REGIONAL AGRESTE em 06/02/2019

Esta declaração foi entregue ao Sr. **JOSENILDO XAVIER CORDEIRO (PAI)** portadora do **CPF: 361.601.645-20** e **RG: 694.052 SSP-PE**.

23 882 245/0001-95
Luis Filipe a Cavalcanti
Corretagem de Seguros-ME
R João Cursino 872
Comp Sala Diamantino
Maurício de Nassau CEP 55.012-190
Caruaru PE



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

RESUMO DE ALTA

Nome: Fabio Henrique de Oliveira

Prontuário: 333062

Data: / /

Hora:

DIAGNÓSTICO:

Fratura de Fêmur e patela

[23 882 245/0001-95]

Luís Filipe a Cavalcanti

Corretagem de Seguros

R. João Cursino, 872

Comp. Sala Diamantino

Maunio de Nassau CEP: 55.012-190

Caruaru PE

AMBULATÓRIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Retornar ao ambulatório de ortopedia em 15 dias
sob orientação do Dr. Marcelo Cavada. Seguir orientações
e prescrição médica.

TRATAMENTO REALIZADO:

① Osteossíntese com placa e parafusos em Fêmur
② benda de tensão em patela

Alta Hospitalar: Data: 24/02/19

Hora:

Dr. Felipe Diego V. de Carvalho
Médico Assistente
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PE: 25264 CRM-BA: 30912

14 FEV. 2019

Ass. do Médico e CRM
Carimbo



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:



DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)



INVALIDEZ PERMANENTE



MORTE

Nº do sinistro ou ASL:

CPF da vítima:

080383064-57

Nome completo da vítima:

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo:

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

CPF:

080383064-57

Profissão:

TEC. INFORMÁTICA

Endereço:

RUA TOPEZIO,

Número:

120

Complemento:

CASA

Bairro:

SÃO FRANCISCO

Cidade:

CARUARU

Estado:

PE

CEP:

55008-460

E-mail:

FABIOHOC@OUTLOOK.COM

Tel.(DDD):

81-99504-5682

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ ATÉ R\$1.000,00

☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00

☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00

☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

3016

CONTA:

00019937

8

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grau de Parentesco com a vítima:

Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não

Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não

Se tinha filhos, informar quantos:

Vivos:

Falecidos:

Vítima deixou nascituro (vai nascer)?

☐ Sim ☐ Não

Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

Local e Data, Caruaru, 04 de junho de 2019

Nome: Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro

CPF: 080383064-57

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

+ Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1ª | Nome:

CPF:

Assinatura

2ª | Nome:

CPF:

Assinatura

23 882.245/0001-95
Luis Filipe A. Cavalcanti
Correspondente Seguros-ME
R. João Cursino, 872
Comp. Sala Diamantino
Município de Nassau CEP: 55.012-190
Caruaru PE

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, Atestado, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura.

NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/ SUS/ PE
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

RECEITUÁRIO

Unidade: _____
Nome: Fátima
Registro Nº: _____
Clínica: _____ Enfermaria: _____

Finotipis
① timotipis
② micmotipis
m i d
U conge fene vif

Data: 24/10/19
Dr. José Patrícia
Ortopedia
CRM/PE: 5372
Médico - CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício
Elcida Monteiro de Souza

1º Lugar 2º Concurso 89

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/ SUS/ PE
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

RECEITUÁRIO

Unidade: _____
Nome: For lio H...
Registro Nº: _____
Clínica: _____ Enfermaria: _____

Rx uox u D
e per lio D

Data: / /
Dr. José Patrícia
Ortopedia
CRM/PE: 5372
Médico - CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício
Elcida Monteiro de Souza

1º Lugar 2º Concurso 89



Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/SUS/ PE
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

RECEITUÁRIO

Unidade: Unid. 423555
Nome: Edna Henrique
Registro Nº: 333062
Clínica: Orto Enfermaria: 432

Solicitar

- 7x de Córax

Trueta AP 0

05/08/19

- 7x de Jomado

01/08/19 AP 0

Porta

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
RX - REALIZADO
DATA: 02/02/19
HORA: 02/19
44 REV. 2019

Data: 1/1/19 Médico - CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício
Elida Monteiro de Souza

1º Lugar

2º Concurso 89



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Vistos etc,

Com fulcro no Art. 334 do CPC, presentes os requisitos essenciais na Inicial, e não sendo hipótese de improcedência liminar, deve ser designada data, para realização de Audiência de Conciliação ou de Mediação, salvo, se as partes manifestarem desinteresse pelo ato.

No entanto, diante da necessidade de prova pericial em ações versando sobre o Seguro DPVAT, a conciliação se revela inviável, sem que haja produção dessa prova.

Isso posto, cite-se a Parte Ré, para integrar a relação processual, oferecendo Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a regra do Art. 231, inc. I, c/c o Art. 335, inc. III, do CPC.

Na forma do Art. 98 do NCPC, concedo gratuidade processual ao Demandante.

Após, à conclusão.

Cumpra-se. Intimem-se.

Comarca de Caruaru, 18 07 2019.

EDINALDO AURELIANO DE LACERDA

JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CARUARU, 7 de agosto de 2019.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

Endereço: R SENADOR DANTAS, 76, 3 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, abaixo transcrita, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Despacho de ID 47863210: "D E S P A C H O Vistos etc, Com fulcro no Art. 334 do CPC, presentes os requisitos essenciais na Inicial, e não sendo hipótese de improcedência liminar, deve ser designada data, para realização de Audiência de Conciliação ou de Mediação, salvo, se as partes manifestarem desinteresse pelo ato. No entanto, diante da necessidade de prova pericial em ações versando sobre o Seguro DPVAT, a conciliação se revela inviável, sem que haja produção dessa prova. Isso posto, cite-se a Parte Ré, para integrar a relação processual, oferecendo Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a regra do Art. 231, inc. I, c/c o Art. 335, inc. III, do CPC. Na forma do Art. 98 do NCPC, concedo gratuidade processual ao Demandante. Após, à conclusão. Cumpra-se. Intimem-se. Comarca de Caruaru, 18 07 2019. EDINALDO AURELIANO DE LACERDA JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA"

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

1 – Acesse o link: <https://www.tjepe.jus.br/contrafe1g>

2 – No campo “Número do Documento”, digite: 19071516423889500000047107106

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:
<https://pje.tjepe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte



endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

RAFAELA CRISTINA BARBOSA JAPIASSU
Diretoria Cível do 1º Grau
Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PARTE AUTORA - PARA FINS DE PUBLICIDADE

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 47863210, conforme segue transcrito abaixo:

"D E S P A C H O Vistos etc, Com fulcro no Art. 334 do CPC, presentes os requisitos essenciais na Inicial, e não sendo hipótese de improcedência liminar, deve ser designada data, para realização de Audiência de Conciliação ou de Mediação, salvo, se as partes manifestarem desinteresse pelo ato. No entanto, diante da necessidade de prova pericial em ações versando sobre o Seguro DPVAT, a conciliação se revela inviável, sem que haja produção dessa prova. Isso posto, cite-se a Parte Ré, para integrar a relação processual, oferecendo Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a regra do Art. 231, inc. I, c/c o Art. 335, inc. III, do CPC. Na forma do Art. 98 do NCPC, concedo gratuidade processual ao Demandante. Após, à conclusão. Cumpra-se. Intimem-se. Comarca de Caruaru, 18 07 2019. EDINALDO AURELIANO DE LACERDA JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA"

CARUARU, 7 de agosto de 2019.

RAFAELA CRISTINA BARBOSA JAPIASSU
Diretoria Cível do 1º Grau



CONTESTAÇÃO E HABILITAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU/PE

Processo: 00052382020198172480

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **01/02/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **06/02/2019**.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo, tendo recebido o valor conforme a legislação vigente.

Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

³"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)




Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 01/02/2019. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA				
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3190360944	Cidade: Caruaru	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO	Data do acidente: 01/02/2019	Seguradora: MBM SEGURADORA S/A		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 07/06/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR E PATELA DIREITA. PG 1, 4				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.				
Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.				
Sequelas: Com sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO				
Documentos complementares:				
Observações:				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	12/06/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03016

CONTA: 000000019937-8

Nr. da Autenticação 1FF7F7BDD693F523

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autoral com fundamento no artigo 487 inciso I do cpc.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARUARU, 30 de setembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **CARUARU**, nos autos do Processo nº 00052382020198172480.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Mostrar Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC9943DA9D4



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CP68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures and initials.

<p>Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13</p>	 <p>JUCERJA Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro</p>
--	---



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Semp/Dseg n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, onde se lê: "... na remissão do consultório de administração realizada em 1º de novembro de 2017", lê-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNOLÓGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.235, de 28 de novembro de 2003:

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 156, DE 12 DE JANEIRO 2018

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1986, que aprova o Regulamento para o Tanqueiro Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando que o limite de velocidade por ele estabelecido, conforme o disposto no § 1º do art. 7º da Regulamento para o Trânsito Rodoviário de Pesados Paraguará, deve estar a adequação das veículos e das equipamentos rodoviários destinados a esse fim;

0000-0001-9300-3000

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE JANEIRO 2018

Art. 1.º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Endavindados destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicado pela Portaria Interam nº 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.ans.gov.br.

• **Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia**
 Diretoria de Acreditação da Conformidade - Dconf
 Rua Santa Amandina, nº 416 - 3º andar - Rio Grande
 Cep 26.261-332 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO INSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições e para cumprir as determinações da Portaria nº 679, de 10 de maio de 1989, do Ato de Anulação, se propõe a modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum com ênfase pelo Departamento de Registo das Importações (DEINT), nos seguintes termos:

para delimitação da identificação do governo brasileiro na lista da coordenação do Comitê Técnico nº 1, da Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercado Central de Comércio Internacional (CIT) e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

CIP 1001-1-00, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2 As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a preenchimento integral do modelo próprio, disponível na página do RMI no Internet, no endereço <http://www.rmi.gov.br/formulario/EPISODIOS/inscricao/inscricao.asp?IDC=2017> Modelo de contestação etc. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 3023-7373 e 3023-7358 ou pelo endereço de e-mail circulao@rmi.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeclaturas do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretária mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO	
SITUAÇÃO ATUAL +	SITUAÇÃO PROPOSTA

2917.20.08	- Ácidos policarboxílicos ciclílicos, ciclílicos ou ciclo-derivados, seus anidridos, halogênatos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2	2917.20	Ácidos Policarboxílicos, ciclílicos, ciclílicos ou ciclo-derivados, seus anidridos, halogênatos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	12
			2917.20.1	Ésteres de ácidos policarboxílicos ciclílicos	

			2017.20.15	Classeamento de êncile	
			2017.20.90	Outros	
				Quase	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/sistema/cidadao.html>,
 pelo código: 00012018012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

© 2011 Pearson Education, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This publication is protected by copyright. Any unauthorized distribution or reproduction of this work is illegal. All other rights reserved. Printed on acid-free paper.

.....

SEGUROSA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

ARQUIVAMENTO em 30/01/2015 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de
ção.

dar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 01/10/2019 11:07:01

tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100111070172700000050856150

o documento: 191001111070172700000050856150

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 01/10/2019 11:07:01
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100111070172700000050856150>
 Número do documento: 19100111070172700000050856150

Num. 51670116 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-0000	AD82B69D 088674
Reconheço por AUTÊNTICA as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56891 HQT. EOLP-56892 QRS		CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar : 3,9% Escrevente : 10796-48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Habilitaçã
o





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente à citação/intimação da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO.DPVAT . O referido é verdade. Dou fé.

CARUARU, 15 de outubro de 2019

JOAO BATISTA DE MACEDO

Diretoria Cível do 1º Grau





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JU 35124966 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

29 AGO '9

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA

CIDADE / LOCAL

FORUM JUIZ DEMÓSTENES BATISTA VERAS
Diretoria Cível Regional do Agreste
Rua José Florêncio Filho, s/n, Universitário Caruaru/PE
CEP: 55014-837 (Térreo)

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		DESTINATAIRE	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT Endereço: R SENADOR DANTAS, 76, 3º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205			
EN			
CE	0005238-20.2019.8.17.2480 ID 48886248 3	UF	PAÍS / PAYS
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru			

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVOI / NATURE DE L'ENVOI

- ☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VATEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTEDMAR
8.318.087-2
CDD 1º MARÇO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186mm



Assinado eletronicamente por: JOAO BATISTA DE MACEDO - 15/10/2019 14:27:15

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101514271567300000051574024

Número do documento: 19101514271567300000051574024

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

D E S P A C H O

Intime-se a parte autora para apresentação de réplica no prazo legal de 15 (quinze) dias, em conformidade com o artigo 351 do CPC.

Após apresentação da réplica, suspenda-se o processo pelo prazo de 90 (noventa) dias, a fim de aguardar a próxima designação de mutirão de perícias e conciliações em processos de cobrança de seguro DPVAT.

Caruaru, 25 de março de 2020.

Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de Direito



emp pdf



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU-PE.

PROCESSO DE Nº: 0005238-20.2019.8.17.2480

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seu procurador infra-assinado, nos autos do processo supracitado que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem à presença de V. Exa., manifestar-se quanto à contestação apresentada pela parte Requerida.

Malgrado, a demandada através de sua peça contestatória tenha asseverado que a parte autora não apresentou laudo do instituto médico legal quantificando as lesões e apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura.

Data vênua, não lhe assiste razão.

É que o referido laudo não é documento indispensável para a propositura da ação de indenização decorrente de seguro DPVAT, sendo suficiente, para tal finalidade, existir nos autos elementos que permitam ao nobre julgador presumir a relação jurídica entre as partes.

Urge ressaltar, que o art.5 da Lei 6194/75 estabelece que: ***“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.***

Ora, não há na referida Lei qualquer previsão condicionando a apresentação do laudo pelo IML para comprovação da invalidez da vítima de acidente de trânsito.

Além disso, a invalidez do demandante poderá ser comprovada por outros meios de provas admitidos em nossa legislação, a exemplo da perícia médica.

Nesse sentido, vejamos o seguinte julgado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
pyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465



*de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL,
Data de Publicação: 17/04/2015)*

DESSA FORMA, EXISTEM NOS AUTOS DOCUMENTAÇÃO ANEXA À PETIÇÃO INICIAL COMPROVANDO A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E AS LESÕES SOFRIDAS PELO AUTOR.

Outrossim, o requerente realizou pedido administrativo junto a Seguradora Líder, sendo pago apenas R\$ 185,50 (cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vale ressaltar, que até o presente momento o autor continua com incapacidade diante do acidente sofrido que inclusive teve repercussão na região da referida comarca, pois foi uma colisão com uma caçamba de metralha mal sinalizada, tendo o acidente ocorrido em um dia de muita chuva na capital do Agreste.

Assim, o autor pleiteia o valor constante na apólice, amparado na legislação mencionada na inicial, bem como nos documentos anexados aptos a provar de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do prêmio do seguro obrigatório.

Dessa forma, requer ainda, seja dado provimento à presente ação, nos termos dispostos na Petição Inicial.

Nesses termos em que, pede deferimento.

Caruaru, 13 de Julho de 2020.

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO
OAB/PE Nº 35.791

JÉSSICA CAROLINA GONÇALVES DIAS
OAB/PE Nº 37.219

GABRIEL GONÇALVES DIAS
ESTAGIÁRIO
OAB/PE Nº 13.412E

jessicadias@diasepyrrho.adv.br
rafaelpyrrho@diasepyrrho.adv.br
pyrrho.adv.br

+55. 81 30391529 | 988098192 | 99933-1190
Av. Frei Matias Teves, 280, Sala 615
Empresarial Albert Einstein - Ilha do Leite,
Recife/PE, Brasil. CEP: 50070-465





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que em virtude de ter transcorrido o prazo deliberado em ID **59777487** e pelo fato de o presente processo estar listado no SICOR e como não há nos autos notícias da previsão para realização de leilão/perícia, faço conclusos os presentes autos para deliberação. O certificado é verdade. Dou fé.

CARUARU, 6 de janeiro de 2021.

JOAO BATISTA DE MACEDO
Diretoria Cível Regional do Agreste



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

D E S P A C H O

Em vista da impossibilidade de atos presenciais, em virtude da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, permaneça suspenso o processo até o retorno das atividades após a pandemia ou até 90 dias, o que ocorrer primeiro, posto que os mutirões de DPVAT, para perícia, aglomeram pessoas dentro do recinto do fórum, colocando em risco servidores, advogados, juízes, visitantes e partes.

Aguarde-se.

Caruaru, 28 de abril de 2021.

Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de Direito



JUNTADA DE PETIÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU/PE

Processo n.º 00052382020198172480

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito .

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARUARU, 27 de abril de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 30/04/2021 16:17:23
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21043016172303800000078051495>
Número do documento: 21043016172303800000078051495



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO

—

Certifico, para os devidos fins de direito, que decorreu o prazo, deliberado em ID 79524526, a seguir parcialmente transcrito: "(...)em virtude da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, permaneça suspenso o processo até o retorno das atividades após a pandemia ou até 90 dias, o que ocorrer primeiro, posto que os mutirões de DPVAT(...)" motivo pelo qual faço conclusos os presentes autos para deliberação. O certificado é verdade. Dou fé.

CARUARU, 11 de novembro de 2021.

JOAO BATISTA DE MACEDO
Diretoria Cível Regional do Agreste



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Em virtude da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, considerando ser ainda temerária a realização presencial de mutirão de perícias em processos de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que acarreta a aglomeração de pessoas dentro do recinto do fórum, colocando em risco servidores, advogados, juízes e partes, bem como sendo inviável a realização de perícia de outra forma, suspenda-se o processo por mais 90 dias. Aguarde-se.

Caruaru, 29 de novembro de 2021.

Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - Autor(a) - só para fins de publicidade

PROCESSO SUSPENSO - prazo: 90 dias

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 94010171, conforme segue transcrito abaixo:

" D E S P A C H O Em virtude da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, considerando ser ainda temerária a realização presencial de mutirão de perícias em processos de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que acarreta a aglomeração de pessoas dentro do recinto do fórum, colocando em risco servidores, advogados, juízes e partes, bem como sendo inviável a realização de perícia de outra forma, suspenda-se o processo por mais 90 dias. Aguarde-se. Caruaru, 29 de novembro de 2021. Maria Magdala Sette de Barros Juíza de Direito"

CARUARU, 25 de fevereiro de 2022.

THIAGO BERNARDO BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - Demandado(a) - só para fins de publicidade

PROCESSO SUSPENSO - prazo: 90 dias

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 94010171, conforme segue transcrito abaixo:

" D E S P A C H O Em virtude da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, considerando ser ainda temerária a realização presencial de mutirão de perícias em processos de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que acarreta a aglomeração de pessoas dentro do recinto do fórum, colocando em risco servidores, advogados, juízes e partes, bem como sendo inviável a realização de perícia de outra forma, suspenda-se o processo por mais 90 dias. Aguarde-se. Caruaru, 29 de novembro de 2021. Maria Magdala Sette de Barros Juíza de Direito"

CARUARU, 25 de fevereiro de 2022.

THIAGO BERNARDO BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Trata-se de pedido de indenização pelo seguro Dpvat, em que há necessidade de designação de perícia para verificação das lesões alegadas. A perícia será realizada no consultório do profissional nomeado, para evitar aglomerações na sede do Fórum. Este juízo nomeia o profissional Alexandre Cesar Santos Melo, CRM 11799, endereço eletrônico melo73@uol.com.br, o qual já aceitou o encargo, quando previamente contatado por este juízo, indicando datas e horários agendados para atendimento do mutirão.

Arbitro honorários pericias de R\$ 250,00 a serem pagos pela seguradora, conforme convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, assim como, pela natural inversão do ônus da prova, visto que se tratam de autores hipossuficientes técnica e financeiramente. Intime-se a seguradora para depositar em juízo o valor da perícia em 10 dias, vinculando os pagamentos aos processos respectivos.

Intimem-se as partes, por seus advogados, para terem ciência da data designada abaixo, podendo ainda indicar nos autos seu assistente técnico, se assim entender, e apresentá-lo no dia da perícia.

Intimem-se pessoalmente os autores-periciandos para comparecerem na data designada para sua perícia, dispensando-se novas diligências caso não sejam encontrados nos endereços fornecidos nos autos.



Revoguem-se os despachos em contrário. Intime-se para réplica se houver pendências.

1-Processo n. 9476-53.2017

Autor: Allan Teodozio Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 13:00

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

2-Processo n. 9506-88.2017

Autor: Genival Ferreira de Carvalho

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 13:15

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

3-Processo n. 1206-69.2019

Autor: Josivaldo Alves da Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 13:30

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

4-Processo n. 2004-93.2020

Autor: Raniere da Silva Melo

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 13:45



Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

5-Processo n. 5330-95.2019

Autor: Diogo Henrique Barros Bertoldo

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 14:00

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

6-Processo n. 20640-89.2020.8.17.2001

Autor: Erilton Renner Silva Araujo

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 14:15

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

7-Processo n. 5070-86.2017

Autor: Carlos Alexandre Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 14:30

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

8-Processo n. 2781-15.2019

Autor: João Ferreira de Moraes

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 14:45

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru



9-Processo n. 6796-27.2019

Autor: Mayara de Freitas da Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 15:00

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

10-Processo n. 6645-95.2018

Autor: Leonardo Luiz da Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 15:15

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

11-Processo n. 8084-10.2019

Autor: Maria Juracir da Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 15:30

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

12-Processo n. 2241-30.2020

Autor: Victor Gabriel da Silva

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 15:45

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

13-Processo n. 112-18.2021



Autor: José Kassio Gonçalves de Lima

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 16:00

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

14- Processo n. 5238-20.2019

Autor: Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 16:15

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

15- Processo n. 2788-07.2019

Autor: Ricardo Bezerra Teixeira

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 16:30

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

16- Processo n. 1816-37.2019

Autor: Ivo Francisco de Lira

Data da perícia: 12 de agosto de 2022

Horário: 16:45

Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru

Caruaru, 16 de junho de 2022.



Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO

—

Certifico, para os devidos fins de direito, por me haver sido requerido, que encaminhei a cópia do ato jurisdicional retro ao Perito nomeado, via email funcional, conforme documento de comprovação em anexo. O certificado é verdade. Dou fé.

CARUARU, 21 de junho de 2022.

THIAGO BERNARDO BARBOSA
Diretoria Cível Regional do Agreste



20/06/2022 12:46

Zimbra


Zimbra

thiago.barbosa@tjpe.jus.br

PERÍCIAS DESIGNADAS - MUTIRÃO - DATA: 12/08/2022

De : Thiago Bernardo Barbosa <thiago.barbosa@tjpe.jus.br>
Assunto : PERÍCIAS DESIGNADAS - MUTIRÃO - DATA: 12/08/2022
Para : melo73@uol.com.br

Seg, 20 de jun de 2022 12:46

 1 anexo

Aos cuidados do DR. Alexandre Cesar Santos Melo - CRM 11799,

Com os cumprimentos de estilo, pelo presente, de ordem da Magistrada, encaminho em anexo o ato jurisdicional extraído dos 16 (dezesesseis) processos eletrônicos abaixo indicados (*3ª Vara Cível de Caruaru*), para publicidade e para os devidos fins de direito:

0009476-53.2017.8.17.2480 - 1
0009506-88.2017.8.17.2480 - 2
0001206-69.2019.8.17.2480 - 3
0002004-93.2020.8.17.2480 - 4
0005330-95.2019.8.17.2480 - 5
0020640-89.2020.8.17.2001 - 6
0005070-86.2017.8.17.2480 - 7
0002781-15.2019.8.17.2480 - 8
0006796-27.2019.8.17.2480 - 9
0006645-95.2018.8.17.2480 - 10
0001816-37.2019.8.17.2480 - 16
0002788-07.2019.8.17.2480 - 15
0005238-20.2019.8.17.2480 - 14
0000112-18.2021.8.17.2480 - 13
0002241-30.2020.8.17.2480 - 12
0008084-10.2019.8.17.2480 - 11

SE POSSÍVEL, FAVOR ACUSAR A RECEPÇÃO COM A RESPOSTA AO EMAIL: thiago.barbosa@tjpe.jus.br

pje.jus.br/h/printmessage?id=17600&tz=America/Sao_Paulo

1/2



Assinado eletronicamente por: THIAGO BERNARDO BARBOSA - 21/06/2022 08:17:13
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22062108171350300000106002030>
Número do documento: 22062108171350300000106002030

Num. 108402177 - Pág. 1

20/06/2022 12:46

Zimbra

Thiago Bernardo Barbosa
Analista Judiciário - mat 185.841-6
Diretoria Cível Regional do Agreste (Caruaru PE)
Tribunal de Justiça de Pernambuco

 **Despacho - múltiplos processos - Ao Perito Judicial - perícia 12-08-2022 - MUTIRÃO.pdf**
31 KB





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE ATO JUDICIAL - Autor(a) - Perícia designada

"Data: 12/08/2022 às 16:30"

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Ato Judicial de ID 108104809, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Trata-se de pedido de indenização pelo seguro Dpvat, em que há necessidade de designação de perícia para verificação das lesões alegadas. A perícia será realizada no consultório do profissional nomeado, para evitar aglomerações na sede do Fórum. Este juízo nomeia o profissional Alexandre Cesar Santos Melo, CRM 11799, endereço eletrônico melo73@uol.com.br, o qual já aceitou o encargo, quando previamente contatado por este juízo, indicando datas e horários agendados para atendimento do mutirão. Arbitro honorários periciais de R\$ 250,00 a serem pagos pela seguradora, conforme convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, assim como, pela natural inversão do ônus da prova, visto que se tratam de autores hipossuficientes técnica e financeiramente. Intime-se a seguradora para depositar em juízo o valor da perícia em 10 dias, vinculando os pagamentos aos processos respectivos. Intimem-se as partes, por seus advogados, para terem ciência da data designada abaixo, podendo ainda indicar nos autos seu assistente técnico, se assim entender, e apresentá-lo no dia da perícia. Intimem-se pessoalmente os autores-periciandos para comparecerem na data designada para sua perícia, dispensando-se novas diligências caso não sejam encontrados nos endereços fornecidos nos autos. Revoguem-se os despachos em contrário. Intime-se para réplica se houver pendências. (...) 14- Processo n. 5238-20.2019 Autor: Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro Data da perícia: 12 de agosto de 2022 Horário: 16:15 Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru"

CARUARU, 21 de junho de 2022.

THIAGO BERNARDO BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE ATO JUDICIAL - Demandado(a) - prazo: 10 dias (efetuar o PGTO dos Honorários)

Perícia designada

"Data: 12/08/2022 às 16:30"

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Ato Judicial de ID 108104809, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Trata-se de pedido de indenização pelo seguro Dpvat, em que há necessidade de designação de perícia para verificação das lesões alegadas. A perícia será realizada no consultório do profissional nomeado, para evitar aglomerações na sede do Fórum. Este juízo nomeia o profissional Alexandre Cesar Santos Melo, CRM 11799, endereço eletrônico melo73@uol.com.br, o qual já aceitou o encargo, quando previamente contatado por este juízo, indicando datas e horários agendados para atendimento do mutirão. Arbitro honorários periciais de R\$ 250,00 a serem pagos pela seguradora, conforme convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, assim como, pela natural inversão do ônus da prova, visto que se tratam de autores hipossuficientes técnica e financeiramente. Intime-se a seguradora para depositar em juízo o valor da perícia em 10 dias, vinculando os pagamentos aos processos respectivos. Intimem-se as partes, por seus advogados, para terem ciência da data designada abaixo, podendo ainda indicar nos autos seu assistente técnico, se assim entender, e apresentá-lo no dia da perícia. Intimem-se pessoalmente os autores-periciandos para comparecerem na data designada para sua perícia, dispensando-se novas diligências caso não sejam encontrados nos endereços fornecidos nos autos. Revoguem-se os despachos em contrário. Intime-se para réplica se houver pendências. (...) 14- Processo n. 5238-20.2019 Autor: Fabio Henrique de Oliveira Cordeiro Data da perícia: 12 de agosto de 2022 Horário: 16:15 Endereço: Rua Ibicuí, n.15, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru"

CARUARU, 21 de junho de 2022.

THIAGO BERNARDO BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau



JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU/PE

PROCESSO: 00052382020198172480

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.


CARUARU, 5 de julho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE




RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 13720.371791 1 90550000025000	
Cedente / Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040005100042206244	Nosso Número 14000000137203717-1	Vencimento 23/07/2022	Valor do Documento 250,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: CARUARU VARA: CARUARU - 03A VARA CIVEL PROCESSO: 00052382020198172480 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO CONTA: 0051 040 01561379 - 5 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040005100042206244 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 13720.371791 1 90550000025000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 23/07/2022
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 24/06/2022	Nº do documento 040005100042206244	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 24/06/2022
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor (=) Valor do Documento 250,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: CARUARU VARA: CARUARU - 03A VARA CIVEL PROCESSO: 00052382020198172480 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO CONTA: 0051 040 01561379 - 5 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040005100042206244 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação





Guia - Ficha de Compensação

N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
		30/06/2022	0	0
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
30/06/2022	040005100042206244	00052382020198172480		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE/Caruaru	Vara Cível	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO		FÍSICA	08038306457	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
63B466B7D345AB1E				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 13720.371791 1 90550000025000				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que por equívoco desta diretoria foi designada audiência de instrução nos presentes autos, quando na realidade a perícia será realizada no consultório do profissional nomeado, em virtude deste fato procedo ao cancelamento da audiência designada no sistema. O certificado é verdade. Dou fé.

CARUARU, 3 de agosto de 2022.

TALLYNNE GABRIELLA SANTOS E SILVA

Diretoria Cível Regional do Agreste



DADOS DO PERICIANDO

PERÍCIA DIA 12.08.2022, às 16h15.

PROCESSO Nº: 0005238-20.2019.8.17.2480

NOME: FÁBIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

DATA DE NASCIMENTO: 29/11/1989

CPF: 080.383.064-57

**MEMBROS AFETADOS: MEMBRO INFERIOR DIREITO –
FÊMUR E PATELA**



**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Fabio Henrique de Oliveira Cardozo
CPF: 080.383.064-57
Endereço completo: Rua Capitão José Maria N. 703 apt 302 Jambuízinho
João Pessoa / PB

Informações do acidente

Local: Aracaju - PE
Data do Acidente: 01 / 02 / 2025

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Local, data.

Fabio Henrique de Oliveira Cardozo
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m) a(s) lesão(ões) atual(is):
fratura femur e de palito nº 1 com imobilização funcional
infusão 60°

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

na limitação de flexão de joelho em 60°, na atrofia muscular em Quadriceps a ①

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

fratura palmar

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

fratura femur

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

Alexandre César Santos Melo
Alexandre César Santos Melo
CRM: 11.799

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0005238-20.2019.8.17.2480**

AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Tendo em vista que a perícia foi realizada, intinem-se as partes para se manifestarem e venham-me conclusos para sentença.

Como o ato foi realizado, autorizo o levantamento do valor da perícia.

Expeça-se alvará.

Caruaru, 28 de setembro de 2022.

Maria Magdala Sette de Barros

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0005238-20.2019.8.17.2480
AUTOR: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA CORDEIRO
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PARTE RÉ

—

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID nº 116031779, conforme segue transcrito abaixo:

" **Tendo em vista que a perícia foi realizada, intimem-se as partes para se manifestarem** e venham-me conclusos para sentença. Como o ato foi realizado, autorizo o levantamento do valor da perícia. Expeça-se alvará. Caruaru, 28 de setembro de 2022. Maria Magdala Sette de Barros Juíza de Direito "

CARUARU, 17 de outubro de 2022.

MARIANA SAMPAIO BARBOSA TENORIO VILACA
Diretoria Cível Regional do Agreste